



## CONTAR HISTÓRIAS E PROBLEMATIZAR DIFERENÇAS COM CRIANÇAS: A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Luciene Aparecida Silva Andrade<sup>1</sup>  
Maria de Fátima Ribeiro<sup>2</sup>

### Resumo

As lutas por direitos são importantes para as reflexões acerca dos direitos das crianças, pois diferentes períodos históricos nos apresentam diferentes concepções de crianças e na contemporaneidade as muitas infâncias coabitam o espaço escolar. Neste contexto, professoras, professores e a comunidade escolar necessitam pautar metodologias que ampliem as reflexões sobre as diferenças e sensibilizem crianças para a garantia dos direitos humanos universais, que se materializam na convivência com as diferenças pautadas na cidadania. O texto em tela pretende problematizar metodologias que contemplem a ludicidade na contação de histórias promovendo a educação para os Direitos Humanos para crianças pequenas.

**Palavras-chave:** crianças, direitos humanos e brincadeiras

### Crianças: brincar, imaginar e contar histórias em processos educativos

*Meu irmão puxava o caixote por uma corda de embira.  
Mas o carro era diz-que puxado por dois bois(...)No caminho, antes, a gente  
precisava de atravessar um rio inventado.  
(Barros, 1999, s.p.).*


Nas escolas as muitas infâncias convivem nas diferenças de classes sociais, da zona urbana ou rural, raça e etnia, gênero, entre outras. Considerando que a leitura do mundo antecede a leitura das palavras como aprendemos com Paulo Freire, as crianças chegam às escolas repletas de saberes os quais devemos valorizar nos processos educativos e nos questionar: Quando o preconceito invade esses olhares repletos de imaginação? Quais são nossas responsabilidades nesses processos? Como não percebemos que ensinávamos as diferenças como um déficit? Por que não aprendemos com as crianças que sermos diferentes faz parte da vida?

Ao propormos tantas questões, pretendemos incitar reflexões sobre a importância de ensinar e aprender com as crianças pequenas, como sujeitos de direitos, pautando as diferenças como parte importante da vida. Ao valorizar pessoas nos seus múltiplos modos de existir, falar, viver, manifestar sua fé, cantar, dançar, dentre tantas outras expressões de vida,

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestre em Educação. Integra o Grupo de Estudos: Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente - FESEX – UFLA.

<sup>2</sup> Jornalista. Especialista em Educação pela UFLA. Integrante do Grupo de Estudos Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente – FESEX/UFLA.





focamos nos artefatos culturais<sup>3</sup> que escolhemos para ambientar a escola, brinquedos e brincadeiras que devem, assim, contemplar as diferenças, despertar discussões entre as crianças.

Há múltiplas infâncias coabitando diferentes espaços e nossas responsabilidades como educadoras/es se ampliam no que se refere a contemplar as diferenças, e, no cotidiano entender, como nos ensina o poeta Manoel de Barros, que a criança existe nos “despropósitos”, transformando caixas em carros de boi, árvores em castelos, pedras em carrinhos, armários em dragões, paredes em quadros para lecionar, panos em castelos, toalhas em capas de heróis e heroínas”. Os objetos ganham outros significados quando crianças olham e seus múltiplos olhares transformam o mundo, constroem as culturas infantis e nosso desafio é:

(...) Dar visibilidade a uma criança concreta, que difere de uma criança homogeneizada. Está em conhecer as especificidades das crianças e das infâncias das camadas populares, que podem ser pobres, negras, meninos ou meninas, com marcas regionais e dialetais, e acabam sendo excluídas da história.(...) (FINCO, OLIVEIRA, 2011, p.58)

Para tanto conhecer alguns marcos legais na discussão dos Direitos Humanos e políticas contra desigualdade social, são fundamentais, dentre eles citamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 que são conquistas importantes no processo de efetivação das crianças como sujeitos de direitos reafirmando o papel do Estado e das famílias, como também, ratificando a Declaração Universal dos Direitos Humanos para crianças da qual o Brasil é signatário<sup>4</sup>.

Tais marcos legais são documentos importantes para a educação que se pretenda capaz de evitar tragédias sociais e, para tanto, é nosso dever ouvirmos as infâncias, investirmos na formação inicial e continuada de professoras/es para/na construção de currículos que pautem as diferenças e a convivência com os/as diferentes.


### **Narrando histórias e construindo direitos**

---

<sup>3</sup> COSTA, M. V. Poder, discurso e políticas cultural: contribuições dos estudos culturais ao campo do currículo. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. p. 133-149.

<sup>4</sup> Adotada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil; através do art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html>.





As histórias infantis são muito importantes no processo de problematizar as diferenças com foco na cidadania, justiça social, respeito mútuo. Crianças gostam de contar e ouvir histórias, mas é necessário construir a cena para que a história ganhe vida. Podemos trazer as crianças para a concretude dos fatos, na história de Zé e Mané<sup>5</sup> contada com os dedos polegares. Nesta história foi possível ampliar aspectos, criar situações que foram ganhando o enfoque de direitos, em um diálogo entre os polegares. A história - que está no site da contadora de histórias Fafá - foi adaptada pelas educadoras para um diálogo sobre direitos.

O diálogo com as crianças ganhou a ludicidade necessária para que pudessem vivenciar a singularidade do aprender na infância e a história dos Direitos Humanos foi contada numa linguagem adequada à idade. Refletiu-se sobre questões de gênero quando na história a menina (filha de José) não podia estudar, entre outras questões que trazem os direitos.

Ao finalizar a história a proposta foi ouvir as crianças sobre o mundo que descrevemos e, qual foi o espanto das mesmas, quando dissemos que era nosso mundo. *“Mas como? Porque as pessoas tratam as outras assim?”* disse uma das crianças, enquanto a outra respondeu, *“sabe X empurrou Y e disse que não dava a mão porque é preta, eu falei que é preconceito e tem lei que prende”*<sup>6</sup>.

Meninas e meninos constroem culturas em suas infâncias, e ao brincarem, na multiplicidade do mundo e das muitas formas de ser criança, interpretam as situações que vivenciam e podem mediá-las com seus pares para o respeito às diferenças. Para tanto, nós educadoras/es, precisamos de formação nas temáticas e metodologias que contemplem as infâncias, as muitas e múltiplas linguagens bem como aprimorar nosso olhar atentos e atentas a desconstruir atitudes preconceituosas, discriminatórias, separatistas e, para tanto, conhecer os marcos legais, torna-se fundamental.

A afirmação dos direitos das crianças tem referência em vários documentos onde podemos buscar (in)formação para agir e referenciar nossas condutas. São leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente datado de julho de 1990, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o marco legal aprovado pela Organização das Nações Unidas – ONU – em 1959 que é a Declaração dos Direitos das Crianças, com 10 preceitos<sup>7</sup>. Em 20 de


---

<sup>5</sup> Narração de história com a ideia retirada do site <https://www.youtube.com/watch?v=8Y6b9fvOjd8> - SEU MANÉ E SEU JOSÉ - História contada por Fafá Conta – adaptada pelas educadoras para contar às crianças de 6 anos na escola municipal de uma cidade do sul de Minas; acrescentamos episódios sobre a conquista dos direitos humanos.

<sup>6</sup> Fala de uma criança de 6 anos de idade.

<sup>7</sup> 1) Todas as crianças, independentemente de cor, sexo, língua, religião ou opinião, têm os direitos a seguir garantidos; 2) A criança será protegida e terá desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social





novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para crianças de todo o mundo<sup>8</sup>.

Voltando à prática diária nas Instituições de Educação Infantil, nos deparamos com a Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1 de Abril de 1999 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Estas diretrizes constituem-se na doutrina sobre Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica, definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação<sup>9</sup> orientando as Instituições de Educação Infantil na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Segundo os fundamentos norteadores deste documento, professoras/es, e outros agentes da educação, exercendo suas funções na educação formal ou não, deverão ter formação para dar a devida importância à identidade pessoal das crianças, suas famílias, seu entorno social, práticas de respeito mútuo, convívio e cuidado.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – instituído como Lei Federal nº 8.069 em 13 de julho de 1990 dispõe sobre proteção integral à criança e ao adolescente, reafirmando-a como sujeito de direitos e tendo como referência etária, segundo o Artigo 2º, criança até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade.

### **Histórias nas descobertas das crianças**

Despertar discussões entre as crianças sobre seus olhares e vivências dos fatos que as cercam, das experiências vividas no seu dia a dia, nem sempre está contemplado na construção de conceitos voltados ao respeito aos Direitos Humanos e a convivência com as diferenças. Ter conhecimento dos marcos legais, documentos, declarações, resoluções que permitem e dão embasamento para que professoras/es, educadoras/es sociais possam criar oportunidades de apresentar às crianças intencional e sistematicamente situações, brincadeiras, histórias, que contemplem os Direitos Humanos, como o respeito às diferenças socioambientais, de raça, crenças religiosas, abordagem das questões de gênero e sexualidade,


---

adequados; 3) Crianças têm direito a nome e nacionalidade; 4) A criança terá direito a alimentação, recreação e assistência médica; 5) Crianças deficientes terão tratamento, educação e cuidados especiais; 6) A criança precisa de amor e compreensão; 7) A criança terá direito a receber educação, que será gratuita pelo menos no grau primário; 8) As crianças estarão, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro; 9) A criança será protegida contra qualquer crueldade e exploração. Não será permitido que ela trabalhe ou tenha ocupação que prejudique os estudos ou a saúde e 10) Toda criança terá proteção contra atos de discriminação.

<sup>8</sup> No ano seguinte, o documento foi oficializado como Lei Internacional assinado por 193 países.

<sup>9</sup> CNE – Diário Oficial da União – DOU – Brasília, 13/04/1999. Art. 3º - São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores: a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.





que tanto causam resistências nas famílias e mesmo com professoras e professores, desconstruindo paradigmas de que ensinar as diferenças é um déficit. Projetos de extensão elaborados com verbas públicas têm pautado os temas.

Assim, no âmbito do projeto Tecendo Gênero e Diversidade Sexual nos Currículos da Educação Infantil<sup>10</sup>, coordenado pela professora Cláudia Ribeiro/Ufla – aconteceu a formação de 25 discentes das universidades participantes e cerca de 500 educadoras e educadores em um curso de 80 horas. Um dos discentes integrantes da equipe, Anderson Rodrigo Mira (UFLA), criou seis personagens, baseado na logo do referido projeto.

Cada personagem foi entregue a uma/um cursista que deveria levá-la para sua turminha que, posteriormente, daria a ela uma identidade, um nome e uma história elaborada pelas crianças que ludicamente soltaram a imaginação, revelando talvez suas próprias histórias de vida. São eles/as: Larissa Gabriele, Felipe, Joaquim (Kaká), Eliel, Joana e Bruno. (CASTANHEIRA, PAULINO, MIRA e ASSIS, 2012, p. 280)

Com isso, as crianças tiveram oportunidade de criar histórias quebrando paradigmas sociais impostos por concepções sedimentadas. Foi possível, através do lúdico, da brincadeira, criar novas possibilidades de ver o outro em suas diferenças:

Era uma vez um menino com olhos azuis, cabelos castanhos que tinha sete anos e se chamava Eliel ele vivia em uma cadeira de rodas. Ele não tinha nem pai nem mãe, mas morava em uma casa de madeira, com sua tia Lia. Ele estudava em uma escola estadual. Era o único aluno cadeirante da escola. Mas era muito esperto, muito estudioso, muito brincalhão e, além disso, gostava de muitas coisas... Passeava aos domingos com sua tia na praça e seu cachorrinho Totó. Tinha muitos amigos para conversar e brincar... E mesmo sendo cadeirante, Eliel era uma criança feliz e descobriu que os amigos gostavam muito dele. (Prof<sup>a</sup> Graziella Costa Silva. Turma: 2<sup>a</sup> série)

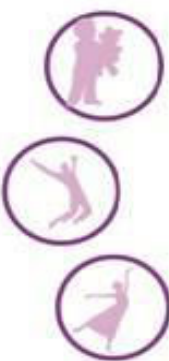
Neste processo de construir a identidade das personagens, a mediação das professoras se dava no sentido de incitar discussões sobre Direitos Humanos focando no respeito às diferenças, na diversidade. Sendo assim, ao desenvolver as histórias, as crianças falavam de seu universo, do que as cercam e de como vivem. O destaque vai para a personagem criada por crianças de um CMEI do CAIC, turma da professora Eleudiléia Oliveira:

Segundo as crianças, ela nasceu no hospital; foi o pai que levou a mãe para o médico tirar ela da barriga dela. Ela tem 7 anos, seu aniversário é dia 7 de julho. Estuda no CAIC e na hora do almoço, ela come um montão de vezes, porque ela gosta de arroz, feijão, verdura e carne... Sua casa é grande, pois tem um quarto, uma cozinha e um banheiro, onde mora Joana, a mãe Júlia e a avó Maria. Elas dormem na mesma cama. O pai chama-se Luis, não mora na mesma casa porque a avó não deixa. Ele bate na mãe e na “bunda” de Joana. Não trabalha e a Joana não gosta quando ele vai

---

<sup>10</sup>Este projeto foi aprovado pela SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, em 2009/2010, coordenado pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavra (UFLA) através da professora Cláudia Ribeiro. A equipe do projeto contou com a participação de 5 universidades: USP Leste, Unicamp, Federal de Mato Grosso do Sul, Federal de Juiz de Fora e Federal de Lavras. Fruto do Projeto Tecendo... foi editado um livro com o mesmo nome e aconteceram seminários de formação docente nas cidades participantes.





buscá-la para sair, pois ele a leva para o “bar” onde só tem gente grande, que toma “pinga e fuma cigarro de papel”. No bar ele compra coxinha, torresmo, bala, chocolate, churrasquinho de carne, guaraná e ela come tudo. A mãe não pode namorar ninguém, se não ele mata a mãe e o namorado com a faca que fica dentro da calça dele.

Nessas situações é que se percebe a importância da intencionalidade da intervenção das professoras elaborando a desconstrução de preconceitos, visualizando possibilidades de intervir para que os direitos das crianças não sejam violados. Nas questões apresentadas pelas crianças na construção das personagens, as professoras vivenciaram muitas situações, inclusive sobre a roupa colorida de um personagem, possibilitando discussões de gênero e sexualidade.

Portanto, discutir gênero e sexualidade nas licenciaturas torna-se urgente e sustenta uma aposta na educação que seja incentivadora de contínuos questionamentos e “revoluções homeopáticas” (VEIGA NETO, 2005).

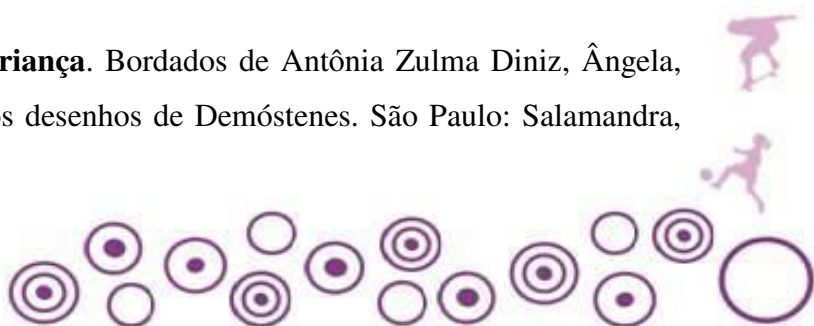
### **Um outro olhar é possível**


Neste artigo apresentamos intervenções realizadas com as crianças, uma em formato de contação de história, outra em desenho, que proporcionaram às professoras/es discussão sobre Direitos Humanos, com foco no respeito às diferenças, gênero, sexualidade e, principalmente, às profissionais da educação, formal ou não, vivenciarem o que afirma a professora Cláudia Ribeiro em uma de suas falas durante o curso do Projeto Tecendo...: “ao jogar, ao brincar, a criança constrói e reconstrói simbolicamente sua realidade e (re)cria conceitos”. Assim, as atividades lúdicas e envolventes para as crianças ao longo das discussões, trouxeram questionamentos, quebra de preconceitos, de formação e informação concebidas no senso comum. Porém, ao serem colocadas em ‘rodas de conversas’, estas questões ganharam outro olhar.

### **Referências**

ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS, 20 de novembro de 1959, ratificada pelo Brasil; através art. 84, inciso XXI, da Constituição, disposto nos arts. 1º Lei nº 91, 28 de agosto de 1935; 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 03/05/2018.

BARROS, Manoel. **Exercícios de ser criança**. Bordados de Antônia Zulma Diniz, Ângela, Marilu, Martha e Sávila Dumont sobre os desenhos de Demóstenes. São Paulo: Salamandra, 1999.





BRASIL. MEC/CNE/CEB. Parecer nº 20 de 09 de dezembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf). Acesso em 03/03/2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Básica. Resolução nº1, abril de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_ceb\\_0199.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf). Acesso em 30/04/2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 30/04/2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.**

CASTANHEIRA, Marina Aparecida Marques, PAULINO, Alessandro Garcia, MIRA, Anderson Rodrigo, ASSIS, Sabrina Azevedo Ferreira. In: RIBEIRO, Cláudia Maria (Org.) **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil.** O brincar, os brinquedos e as brincadeiras na Educação Infantil: possibilidades para articular sexualidade e gênero. Editora Ufla. 2012, p.280.

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VEIGA NETO, A. **Foucault & a Educação.** 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 192p. In: SILVA, Luciene Aparecida; ALVARENGA, Carolina Faria. In: RIBEIRO, Cláudia Maria (Org.) **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil.** A formação docente no interior de um projeto de extensão universitária: desafios e possibilidades ao discutir sexualidades e gênero. Editora Ufla. 2012, p.246.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

